

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR



AMEAÇA – Moraes quer ir ao STF

SEGREDO DE ESTADO

Projeto de lei do governo 'libera' documentos sigilosos

Comissão vinculada à Presidência será responsável por controle de divulgação

Roosevelt Pinheiro/ABR

CÂMARA

Moraes pede desculpas mas não retira frase do "se lixando"

BRASÍLIA

O deputado Sérgio Moraes (PTB-RS) pediu desculpas ontem ao Conselho de Ética da Câmara e à sociedade pela declaração de que estava "se lixando para opinião pública". O deputado, no entanto, disse que não retira a frase porque esta teria sido distorcida pelos jornalistas.

— Ninguém chegaria por aí dizendo que está se lixando para a opinião pública. Eu fui provocado. Evidente que teve frases e palavras antes e depois. Elógico que foi tudo para o lixo. Foi uma frase acalorada, infeliz, mas não retiro — disse.

Moraes anunciou ontem que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Conselho de Ética de afastá-lo da relatoria do processo contra o deputado Edmar Moreira (sem partido-MG). O parlamentar disse que foi "arrancado da relatoria" e que esta era uma deliberação "arbitraria".

Segundo Moraes, o presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PR-BA), desrespeitou o regimento interno da Casa ao colocar o requerimento apresentado pelo DEM que pedia a sua saída em votação. Moraes disse que Araújo não tinha respaldo para substituí-lo.

Araújo, por sua vez, explicou que colocou o pedido em discussão, consultando individualmente cada integrante do órgão e que tomou a decisão com aval dos colegas.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou ontem três ações do governo federal para tornar públicos documentos federais, incluindo arquivos sigilosos do período da ditadura. Na prática, porém, as propostas mantêm a possibilidade de alguns documentos serem mantidos em sigilo.

O governo vai enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que obriga os órgãos públicos federais a divulgarem informações solicitadas pela população. Cada órgão terá o prazo máximo de 30 dias para responder às consultas (20 dias prorrogáveis por mais 10). E, caso haja recusa, o projeto prevê que os interessados recorram à Controladoria Geral da União para obter as informações necessárias.

O projeto muda os prazos de classificação para documentos sigilosos em mãos do governo (reservada, secreta e ultrassecreta), cujos prazos de sigilo serão de 5, 15 e 25 anos. Hoje o prazo máximo vai até 30 anos, prorrogável indefinidamente. A partir da sanção da lei, todos os documentos classificados como sigilosos serão submetidos a uma revisão do órgão responsável pela sua produção num prazo de dois anos e serão enquadrados dentro da nova classificação. Até lá, vale a legislação atual.

Na nova regra, ao final do período, os documentos se tornarão públicos. Mas uma Comissão de Reavaliação de Informações (no âmbito da Presidência) poderá manter o dado em sigilo indefinidamente. A diferença em relação ao sigilo eterno atual é que cada ministério hoje decide o que pode ficar guardado para sempre.

Os órgãos públicos também ficam obrigados a divulgar anualmente, na internet, uma lista de todos os



PASSADO EM COMUM – Lula, Dilma e Serra, antigos opositores do regime militar, no lançamento do portal

documentos liberados e de todos os classificados como sigilosos.

Dilma disse que o governo vai manter o sigilo sobre documentos relacionados a informações que coloquem em risco a defesa da soberania ou da integridade do território nacional, a condução de negociações ou relações internacionais, a vida, segurança ou saúde da população, a estabilidade financeira e monetária do país; planos e operações estratégicas das Forças Armadas, autoridades nacionais ou estrangeiras ou atividades de inteligência.

Outra medida anunciada pelo governo foi a criação de edital que convoca os brasileiros a repassarem ao governo federal documentos relacionados ao período da ditadura

Brasileiros serão convocados a repassar ao governo federal documentos

militar. Dilma disse que o Executivo vai garantir o anonimato àqueles que encaminharem documentos. O edital terá vigência de um ano.

A ministra ainda anunciou a criação do Portal "Memórias Reveladas" que, em parceria com o arquivo nacional, vai disponibilizar o acervo referente ao período da ditadura na internet.

Revanchismo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a decisão do governo federal de tornar públicas informações relacionadas ao período da ditadura militar não representa um "revanchismo" de ex-militantes contrários ao regime.

— Que ninguém veja isso como se fosse revanchismo. Daqui a um ano, deixarei o governo. Tudo o que fizer de errado, quem vier atrás de mim tem mais é que dizer o que fiz de errado. E não posso achar que a pessoa está me perseguindo — afirmou. — As pessoas ofendidas vão se defender na Justiça. Sejam militares ou civis, de esquerda ou de direita, o passo que estamos dando hoje é excepcional na vida desse país. (Com agências)

ARTIGO

Reforma Política só com plebiscito

SOCIEDADE ABERTA

Mario Ernesto Humberg
CONSULTOR

O projeto de Reforma Política em pauta atualmente no Congresso, propondo o voto em lista fechada de cada partido, além de contemplar o financiamento público das campanhas, a fidelidade partidária e o fim da re-eleição, certamente não corresponde ao que a população em geral deseja.

Para que a Reforma Política atenda ao interesse da maioria dos eleitores é fundamental que todos nós sejamos ouvidos, por meio de um plebiscito, como foi feito no caso da posse de armas. São vários os aspectos da mudança do sistema eleitoral a serem perguntados aos eleitores: 1 — Re-eleição (Você é a favor da re-eleição de prefeitos, governadores e presidente?); 2 — Forma de votação (Você prefere o voto distrital, o distrital misto, o voto proporcional no candidato ou o voto em lista fechada do partido?); 3 — Separação dos Poderes (Você concorda que o senador, deputado ou ve-

reador deixe o lugar para um suplente e assuma um cargo no Poder Executivo?); 4 — Cláusula de Barreira (Você é a favor de só terem presença no Legislativo os partidos que alcançarem um mínimo de votos?); 5 — Remuneração de vereadores (Você concorda que os vereadores de cidades que não têm renda própria suficiente para pagá-los recebam salários mensais com recursos recolhidos em outros municípios?);

Para defensores do atual projeto de voto em lista fechada, que atende ao interesse dos políticos, a proposta contempla algumas questões que consideram fundamental resolver: a redução da influência do poder econômico, o fortalecimento dos partidos e a manutenção das regras pelo maior tempo possível. Há certamente uma forte dissonância entre essa visão e o interesse dos eleitores.

Para a população em geral, o mais importante é melhorar a representatividade dos eleitos, que não se sentem obrigados a prestar satisfação aos eleitores e tomam decisões contrárias ao interesse público, em benefício próprio ou de seus financiadores. A dissonância é clara no caso da re-eleição: a maior

parte da população a aprova, como mostrou o último pleito municipal, em que a maioria dos candidatos ao segundo mandato como prefeito ganhou. O fim da re-eleição já, de per si, contraria a terceira questão fundamental do deputado, qual seja a manutenção das regras pelo maior tempo possível.

O plebiscito é a única forma democrática de efetuar (ou não) a transformação necessária do atual processo eleitoral. Outras questões também podem ser propostas, de modo que a permitir que a população defina a melhor forma de ser representada, em vez de ficar nas mãos dos interessados em facilitar a obtenção de mandatos.

O PNBE, Pensamento Nacional das Bases Empresariais, lançou em 1993 uma proposta de Reforma Política que contempla cinco objetivos principais: reforçar a ligação entre os eleitores e o eleito, permitindo melhor acompanhamento e cobrança e levando à escolha daqueles que beneficiam a comunidade e não a si próprios; garantir a separação dos poderes (ou adotar o parlamentarismo); evitar a presença de legisladores sem votos ou com representatividade limitada;

A reforma certamente não corresponde ao que a população em geral deseja

eliminar os privilégios injustificáveis dos ocupantes de cargos eletivos; e reduzir o custo do aparelho estatal para a nação. O projeto agora discutido no Congresso não corresponde a esses objetivos.

A proposta do PNBE envolve voto distrital ou distrital misto, cláusula da barreira, redução da representação mínima por estado na Câmara Federal de oito para dois, fim dos suplentes de senador e redução de três para dois senadores por estado — como é a tradição brasileira. Propõe que seja obrigatório ao membro do Legislativo renunciar para assumir cargos no Executivo, valorizando a atividade legislativa, que hoje para muitos é apenas um trampolim para conseguir um cargo de Secretário ou Ministro, lembrando que a principal função do Legislativo hoje, em

todo o mundo, é discutir e aprovar o orçamento. Adicionalmente recomenda o fim do pagamento de subsídios aos vereadores de pequenos municípios — que não precisam se reunir diariamente. Pede ainda a eliminação de 95% dos mais de 500.000 cargos de confiança hoje existentes no país, passando as funções ligadas ao interesse público a serem exercidas por pessoas concursadas (ou como se faz em vários países, profissionalmente selecionadas), e eliminando os assessores que estão lá para conseguir votos para o titular na próxima eleição, ou para engordar sua remuneração.

Estas propostas estão incorporadas ao Projeto Brasil 2022, que visa transformar o país que temos no país que queremos, socialmente justo, economicamente forte, ambientalmente sustentável, politicamente democrático e eticamente respeitável.

Mario Ernesto Humberg é consultor de comunicação estratégica e ética empresarial, é coordenador Geral do PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais e Conselheiro da Fundação Padre Anchieta e da Associação dos Dirigentes de marketing e Vendas do Brasil